

Os anjos estão de volta



» JOSÉ SARNEY
Ex-presidente da República,
escritor e imortal da Academia
Brasileira de Letras

Meus queridos leitores, há dois dias, no Senado Federal, com uma Mesa prestigiada pelos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, Davi Alcolumbre e Hugo Motta, relancei três romances meus, publicados há alguns anos, atendendo à sedução do convite da Editora Ciranda Cultural, pelo selo Principis, e ao meu desejo de que as novas gerações conhecessem um pouco da minha literatura, com essa vontade que é a de todos os escritores: ser lido.

Foi assim que agora reeditei essa coletânea com três romances, *O dono do mar*, *Saraminda* e *A duquesa vale uma missa*, pois me veio à cabeça que o romance carrega a temática maior, porque é o romancista que dá movimento à experiência humana na Terra.

Fiquei tão emocionado e envolvido no trabalho que revivi as entrelinhas que me ajudaram a construir meu mundo literário. Nele, o romantismo grita o que a minha alma nunca quis calar.

Bem sabemos que o romantismo foi um movimento que surgiu na Alemanha no século 19 e influenciou todas as esferas das artes e da cultura, transformando-se até em estilo de vida. O mundo ali ganhava outras cores, o novo pedia passagem. E passava.

Chegou a outros países da Europa e fez nascer em seu outro grandes nomes. Quem não se

recorda de Lorde Byron e Shelley, na Inglaterra? Esses ingleses sabiam extrair da vida o suco que ainda nos oferece em suas obras-primas — e ele é amargo e doce na medida exata. Na França, Madame de Staël sistematizou esse novo credo e o difundiu para novas terras. Madame de Staël, sim, a que suscitou suspiros do grande pianista polonês Frederico Chopin. De Portugal chegou ao Brasil.

Na música, nas artes plásticas, na arquitetura, na literatura, o romantismo exerceu sua influência. Criou até um estilo de vida, nos homens, nas cidades. Passou a ser quase um estado de espírito: o amor idealizado quase sempre inalcançável.

O credo romântico presta culto aos “suspiros e saudades”, à idealização do Amor (com maiúscula), a um certo tipo de sofrimento compadecido. Ele chega a ser uma visão de mundo, um sistema de valores, uma ideologia. O grande expoente da poesia romântica é Lamartine, depois surgiram outros, exprimindo-se em diferentes idiomas.

No Brasil, o primeiro romântico foi Gonçalves de Magalhães, que publicou uma obra, em 1830, com o sugestivo título de *Suspiros e saudades*, e numa incursão exótica, acompanhou o Duque de Caxias, sendo o cronista da Balaiaida.

Mais do que escola ou corrente artística, o romantismo é um modo de ser e de exprimir-se, chega a ser uma ideologia que se imprimiu em tudo que somos, trazendo reflexos até mesmo na política. Nos anos 60, os movimentos de retorno à natureza, o culto ao natural, a busca de viver em pequenas comunidades longe dos grandes centros urbanos, as “aventuras” de um Che Guevara, que apregoava a revolução sem perder jamais a

ternura — todas essas manifestações têm um certo sabor romântico.

Depois do auge dessa onda romântica, viveu-se a visão de um mundo que abandonava esses valores e caminhava rumo à máquina para abandonar a Terra e ser passageiro de naves espaciais em busca de novos mundos. Júlio Verne dominou essas visões. Chaplin, em *Tempos modernos*, sintetizou a predominância da máquina sobre os homens — mas ele mesmo era o mendigo a entregar aquela flor que é mais do que uma flor, em *Luzes da ribalta*.

Sonhou-se até com a morte de Deus, no homem-senhor dominando todos os saberes.

E o mundo mudou. Agora é outro com a rota da máquina e da tecnologia de ponta, das redes de computador, da robótica, da telemática, que provoca transformações nas profundas nas relações humanas. Hoje é possível uma pessoa ter, com a permissão de Roberto Carlos, um milhão de amigos sem nem mesmo botar os pés fora de casa.

É a tecnologia em tudo: o homem está interligado em redes eletrônicas, mas vive na solidão. E volta-se para a ecologia, consciente de que a preservação do meio ambiente é essencial para a própria sobrevivência.

Mergulhando no Cosmos, o homem aprofunda seus conhecimentos sobre a origem do Universo, como quem busca o próprio Deus. E é mesmo uma nova busca de Deus.

Mas se a religião oferece a salvação; a arte, a compreensão. E na literatura a nossa alma se aconchega.

E continuamos sonhando com a paz e outras ternuras. Somos diferentes, mas ainda os mesmos: românticos, sonhadores.

Que os anjos digam: Amém!

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



Fim da lista tríplice e autonomia nas universidades públicas



» MÁRCIA ABRAHÃO
Doutora em geologia,
ex-reitora da UnB,
pesquisadora e servidora
pública vinculada à
universidade

Autonomia universitária é um dos pilares da democracia. Prevista no artigo 207 da *Constituição* brasileira, ela assegura às universidades a liberdade didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Mas, como toda garantia institucional, sua efetividade depende não apenas do texto constitucional, mas da prática política e das escolhas do Estado brasileiro.

Desde a ditadura cívico-militar de 1964, a escolha de reitores das universidades federais se deu por meio de consultas à comunidade acadêmica seguidas da elaboração, inicialmente de uma lista séxtupla, e, a partir de 1995, de lista tríplice, que era encaminhada ao presidente da República, a quem cabia a escolha final. A experiência mostrou que esse mecanismo, longe de ser apenas formal, não refletia a vontade democrática das comunidades e passou a ser utilizado como instrumento de intimidação e intervenção política.

Conforme ressaltai em artigo que publiquei no *Correio Braziliense* em 15 de setembro de 2024, o ex-presidente Jair Bolsonaro nomeou 22 reitores de universidades federais que não eram os mais votados por suas comunidades, em um movimento que fragilizou a confiança institucional e tensionou a relação entre universidades e governo federal. Esse período evidenciou uma contradição: como falar em autonomia universitária plena quando a decisão final do presidente

da República pode desconsiderar a escolha democrática interna? O STF chegou a ser acionado para reverter essa prática, sem sucesso.

Foi justamente essa tensão que impulsionou um amplo debate no Congresso Nacional e na sociedade. E, agora, esse debate chega a um ponto de inflexão histórico. Após aprovação do Congresso Nacional, o presidente Lula sancionou em 30 de março último a Lei nº 15.367/2026, que, entre outros temas, extinguiu a lista tríplice para a escolha de reitores das universidades federais. Com a nova lei, o candidato mais votado pela comunidade acadêmica é nomeado pelo presidente da República, e os órgãos colegiados superiores das universidades passam a ter protagonismo na organização e fiscalização dos processos eleitorais. A Universidade Federal da Bahia (UFBA) é a primeira universidade federal a realizar eleições sob a nova legislação, com a divulgação dos resultados prevista para hoje, 22 de maio.

Essa mudança representa muito mais do que uma alteração procedimental. E não se trata de retirar atribuições do presidente da República. Trata-se de uma reafirmação concreta da autonomia universitária e do reconhecimento de que as universidades públicas federais brasileiras possuem maturidade institucional para decidir os próprios rumos, como os institutos federais, que já tinham esse poder de decisão desde a sua criação, em 2008.

Ao eliminar a possibilidade de escolha discricionária fora da vontade expressa da comunidade, o Brasil dá um passo importante para fortalecer suas universidades como espaços de liberdade, pluralidade e produção de conhecimento. Agora é continuar a luta para ver o mesmo movimento no âmbito das universidades estaduais e municipais.

A mudança também tem um valor simbólico relevante. Ela sinaliza o encerramento de um

ciclo de conflitos e desconfianças e inaugura um novo momento de reconstrução institucional, no qual o diálogo, o respeito e a cooperação devem prevalecer.

Ao longo da minha trajetória como reitora da Universidade de Brasília (UnB) e no período em que fui presidente da Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior — Andifes (2023-2024), vivi de perto os desafios de defender a autonomia universitária em contextos adversos. Sei que não se trata de um conceito abstrato, mas de uma condição concreta para que possamos produzir ciência de qualidade, formar cidadãos críticos e contribuir para o desenvolvimento do país.

Para além da escolha e nomeação de reitoras e reitores, a autonomia universitária — prevista na *Constituição Federal*, na lei de Diretrizes e Bases da Educação e nas leis estaduais — passa necessariamente pela criação de lei de financiamento permanente para que as universidades não dependam dos “governos de plantão”, como dizia Darcy Ribeiro, um dos idealizadores da UnB; pela maior flexibilização dos currículos, que devem ser capazes de preparar as pessoas para enfrentar os desafios do nosso tempo, prezando pela qualidade acadêmica; e por maior autonomia administrativa, sem abrir mão do necessário controle da sociedade, a quem serve a universidade.

As universidades públicas brasileiras são responsáveis pela maior parte da produção científica nacional, pela formação de profissionais altamente qualificados e pela construção de soluções para os desafios sociais, econômicos e ambientais do Brasil. Preservar sua autonomia é, portanto, cuidar do futuro do país. Porque não há país desenvolvido e soberano sem educação e ciência. E não há ciência livre sem universidades autônomas e democráticas.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

O Estado como indutor da desigualdade

Em 2024, o Brasil registrou o índice de Gini de 0,82, um número que não é apenas uma estatística fria, mas um veredito moral sobre as escolhas que fizemos como nação. Em uma resposta rápida, esse índice mostra, em uma escala de 0 a 1, uma avaliação da desigualdade dentro de uma distribuição, quase sempre referente à renda ou à riqueza de uma população. Gini é um conceito importante na economia. O “zero” é a igualdade perfeita e o “um” é a desigualdade máxima.

Empatados com a Rússia em meio a uma guerra e situados entre as 56 nações mais desiguais do planeta, carregamos uma distinção que nenhum governo deveria aceitar com normalidade. O que torna esse dado ainda mais perturbador é o fato de que, nas últimas duas décadas, o país foi governado por forças que se autoproclamaram, incansavelmente, defensoras dos mais pobres. A pergunta que não se pode mais adiar é simples e devastadora: se o Estado governa para os desvalidos, por que a desigualdade não para de crescer?

Há um paradoxo que corrói a credibilidade do discurso público brasileiro há gerações: quanto mais o Estado se proclama redentor dos pobres, mais concentrada se torna a renda. Não é acidente. Não é azar histórico. É o resultado previsível de um modelo em que o aparato público cresceu não para redistribuir riqueza, mas para redistribuir poder e, com ele, privilégios.

Não se nega que programas como o Bolsa-Família tenham impedido cenários ainda mais graves. O que se questiona, com dados e rigor, é a narrativa de que tais iniciativas, diante do custo do Estado brasileiro, representam uma política genuína de redução de desigualdade ou apenas um anestésico para uma ferida que o próprio governo faz sangrar.

O Gini de 0,82, vale lembrar, não mede apenas a diferença entre ricos e pobres em termos de renda anual. Ele captura a distância abissal entre aqueles que acessam o Estado como fonte de proteção e renda garantida — servidores estáveis, aposentados precoces, pensionistas privilegiados — e aqueles que financiam esse sistema sem jamais dele se beneficiar proporcionalmente. O índice, nesse sentido, é um espelho do Estado, não apesar dele.

Segundo dados do Tesouro Nacional, o peso dos tributos sobre o PIB supera consistentemente os 33%, patamar comparável ao de nações escandinavas, mas sem nenhuma das contrapartidas em qualidade de serviços públicos que justificariam tal extração. A pergunta que todo cidadão deveria fazer ao assinar a declaração de Imposto de Renda é: onde foi parar esse dinheiro?

Gasto público desordenado alimenta a inflação crônica, que corrói o poder de compra das camadas mais vulneráveis. A inflação não é um imposto sobre os ricos, é um imposto regressivo que devora o salário do trabalhador informal, a aposentadoria mínima da dona de casa e a poupança inexistente do jovem da periferia. Quando o governo gasta além do que arrecada, a conta não vai para o Ministério da Fazenda. Vai para a feira do sábado de quem ganha um salário mínimo.

Há um mecanismo ainda mais perverso que o simples desperdício: a captura do Estado por grupos de interesse organizados em torno do poder político. Em economias onde as regras são feitas pelos mesmos que se beneficiam delas, a desigualdade não é uma falha do sistema, é o sistema funcionando exatamente como planejado.

Ao longo de décadas de alternância entre projetos que, no fundo, compartilhavam o mesmo amor pela expansão do Estado, um ecossistema brasileiro mantém a proximidade com o poder público, e esse é o principal fator de sucesso econômico. Não o mérito, não a inovação, não o risco empreendedor, mas a capacidade de capturar contratos, subsídios, isenções e proteções tarifárias que o Estado distribui a seus favoritos.

O capitalismo de compadres, como o chamam os economistas, não é o capitalismo: é o seu oposto, travestido de mercado. Os grandes conglomerados que se beneficiaram de décadas de financiamentos subsidiados do BNDES, de desonerações setoriais e de proteções alfandegárias não competiram no mercado, jogaram no campo inclinado montado pelo Estado. O resultado foi a criação de oligopólios disfarçados de campeões nacionais, acumulação de capital às custas do erário e concentração de renda que nenhum programa social conseguiria reverter.

Para cada real distribuído em transferências, outro — e muitas vezes mais — foi entregue disfarçado de política industrial. Quando o Estado escolhe vencedores, ele inevitavelmente cria perdedores. E os perdedores no Brasil não são as grandes empresas que sobreviveram sem subsídio: são o microempreendedor esmagado pela burocracia, o trabalhador informal que não tem acesso ao crédito, o jovem de escola pública que concorre em condições desiguais com o filho de quem soube negociar com o poder.

A desigualdade brasileira tem endereço. E, muitas vezes, esse endereço fica em Brasília. Nenhum investimento social reduz desigualdade de forma mais duradoura do que uma educação pública de qualidade universal. É o único mecanismo capaz de romper o ciclo intergeracional da pobreza, de garantir que o filho do agricultor do semiárido tenha as mesmas chances cognitivas e profissionais que o filho do advogado de Higienópolis.

A frase que foi pronunciada:

“A quem recorrer?”

Dona Dita, pensando nas notícias desanimadoras

História de Brasília

Como sempre, o st. Afonso Almiro viajou para o Rio no mesmo dia, mas, nessa oportunidade, prestou um relevante serviço ao Distrito Federal e, particularmente, às Fundações da Prefeitura do Distrito Federal. (Publicado em 2/5/1962)